

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA PAULA MENEGON**

**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS: UM ESTUDO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA  
DO SEGMENTO METALÚRGICO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA -  
SC**

**CRICIÚMA**

**2019**



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



ANA PAULA MENEGON

**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS: UM ESTUDO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA  
DO SEGMENTO METALÚRGICO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA -  
SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de Bacharel no curso de  
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo  
Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Esp. Patriele de Faveri  
Fontana

**CRICIÚMA**

**2019**



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**ANA PAULA MENEGON**

**OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS: UM ESTUDO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA  
DO SEGMENTO METALÚRGICO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA -  
SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 06 de dezembro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Patriele de Faveri Fontana - Especialista - UNESC - Orientadora

Prof. João Vânio Mendonça Cardoso - Mestre - UNESC - Examinador

Prof. Leonel Luiz Pereira - Mestre - UNESC - Examinador



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**Dedico este trabalho aos meus pais Zenir Menegon e Zenaide W. Menegon, que são o motivo de eu ser quem sou e nunca mediram esforços para me apoiar e incentivar.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por estar guiando meus passos com saúde e fé durante essa jornada, me abençoando e dando força para seguir em frente.

Aos meus pais Zenir e Zenaide, que me deram todo apoio, estiveram sempre ao meu lado em busca deste sonho. Ao meu sobrinho mais novo Renato que me abrigou com carinho nos momentos difíceis de reclamação. Ao meu sobrinho mais velho Ramon que sempre me incentivou durante o processo deste trabalho.

As minhas amigas mais próximas que me ajudaram nos momentos de insegurança a manter a calma e a seguir em frente.

Aos meus amigos de faculdade, especialmente aos mais próximos, pelas experiências vivenciadas e pelo companheirismo nesses quatro anos e meio de graduação.

A minha orientadora Patriele, por sua dedicação e conhecimento transmitido. E também pela compreensão no processo de conseguir conciliar meu trabalho de conclusão de curso com meu trabalho profissional.

Aos professores do curso pelo conhecimento transmitido contribuindo com a minha formação acadêmica.



**“Não é a vontade de vencer que importa, isso todo mundo tem. O que importa é a vontade de se preparar para vencer”.**

**Paul Bryant**

## **OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS: UM ESTUDO TRIBUTÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO METALÚRGICO LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA -SC**

**Ana Paula Menegon<sup>1</sup>**

**Patriele de Faveri Fontana<sup>2</sup>**

**RESUMO:** Com as diversas variações ocorridas no setor econômico mundial e com a elevada carga tributária no Brasil as empresas buscam manter-se ativas no mercado, com isso têm-se a oportunidade de optar pelo menor recolhimento de tributos. Para planejar a melhor alternativa a ser adotada pela empresa é necessário a realização de um estudo tributário com o propósito de identificar o regime de tributação menos oneroso, no qual trará a diminuição do ônus tributário de maneira lícita. Este trabalho tem como finalidade, realizar a comparação entre os regimes tributários, Lucro Real e Lucro Presumido, buscando a opção menos onerosa para a empresa analisada e apresentar as obrigações acessórias expostas para os regimes tributários estudados. Para isso, foi elaborada uma pesquisa com abordagem qualitativa, já para os objetivos expostos utilizou-se o método descritivo e o método utilizado para execução do trabalho é um estudo de caso, com a realização de pesquisas bibliográficas. Sendo então desenvolvido um comparativo entre os regimes de tributação, com a elaboração de planilhas expondo os resultados extraídos das documentações disponibilizadas pela empresa estudada, que se encontra no regime tributário Lucro Presumido, aplicando assim a tributação do regime tributário Lucro Real. O resultado do estudo realizado foi que se a empresa estivesse enquadrada no Lucro Real em 2018 teria um menor desembolso tributário no montante de R\$107.843,59, sendo o Lucro Real o mais vantajoso para a mesma, apresentando uma diferença significativa entre a comparação dos dois tipos de regimes. Dessa forma, verifica-se que um estudo tributário dentro de uma organização é de grande importância, pois com a crise financeira que abrange o país, faz-se necessário ter a possibilidade de reduzir os gastos dentro de uma entidade.

**PALAVRAS- CHAVE:** Carga Tributária. Regimes Tributário. Obrigações acessórias.

**AREA TEMÁTICA:** Contabilidade Tributária

### **1 INTRODUÇÃO**

A contabilidade engloba diversas áreas e tendo como perspectiva a alta carga tributária brasileira, uma das áreas mais importantes denomina-se Contabilidade Tributária, sendo considerada uma atividade de grande relevância dentro de uma organização, pelo fato de ser a responsável pela apuração e conciliação dos tributos, envolvendo a empresa diretamente ao fisco, com isso surge à importância do planejamento tributário.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

De acordo com Guida (2016), o administrador da empresa tem que saber usufruir das oportunidades que o mercado lhe dá, pois, uma abertura mínima que o mercado lhe oferecer pode mudar a história de sua organização.

Com as diversas transformações que ocorrem no mercado de trabalho, sendo uma delas a crise econômica e política que estagnou a economia brasileira tornou-se indispensável que os gestores buscassem escolhas com benefícios, visando reduzir os resultados negativos com o intuito de dar seguimento aos seus negócios. Nesta razão, realizando o planejamento tributário da forma correta, levando em consideração todos os aspectos possíveis, proporciona a escolha da opção mais viável para a entidade por meio do planejamento e análise dos dados obtidos (CHAVES, 2010).

O planejamento tributário tem uma função de grande relevância dentro da empresa, pois é a partir do planejamento que se obtém o conhecimento se a empresa está pagando tributos a mais para a autoridade fazendária do país. O planejamento tributário também se caracteriza pela forma de analisar a legislação com o intuito de tornar-se mínima a incidência tributária, proporcionando para a empresa o melhor regime de tributação, gerando economia tributária para a mesma dentro da legalidade nacional.

Para Chaves (2010), o planejamento tributário quando realizado de forma coerente, observando todas as variáveis possíveis, proporciona a escolha da opção mais viável para a empresa por meio do planejamento e análise dos dados obtidos.

Tendo como base a atual dificuldade econômica brasileira e correlacionando com a contabilidade surgiu à necessidade de produzir um estudo de caso para desenvolvimento de um estudo tributário que gere melhores benefícios para a empresa.

Como o regime de tributação que incide sobre a empresa afeta de forma direta sua carga tributária, o profissional contábil responsável pela execução da análise deverá ter conhecimento sobre o assunto e se sentir capaz de realizá-lo.

Com a realização desse estudo foi possível realizar a identificação de qual regime tributário possui mais benefícios para a empresa analisada, com a finalidade de reduzir sua carga tributária, pois caso contrário o mesmo poderá conduzir a empresa a recolher de forma mais elevada seus tributos, sendo considerado assim um recolhimento de forma onerosa.

Conforme o art. 14 da Lei nº 9.718 de 1998, modificada pela Lei nº 12.814 de 2013 estão obrigadas a optar pelo Lucro Real as pessoas jurídicas: I - cuja receita total no ano calendário anterior seja superior ao limite de R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses, dentre as especificações da legislação. E está autorizada a optar pelo Lucro Presumido conforme o art. 13 da Lei nº 9.718 de 1998, modificada pela Lei nº 12.814 de 2013, as pessoas cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido inferior ou igual R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses.

Para que o planejamento tributário seja bem elaborado é de grande importância que seja realizado por um profissional da área capacitado, que tenha conhecimento sobre a legislação e das regras para cálculo dos tributos de cada regime de tributação.

Considerando esta situação surge a seguinte questão pesquisa: Qual o regime tributário, entre o Lucro Real e Lucro Presumido é menos oneroso para uma





empresa do ramo metalúrgico? Diante da questão problema tem-se, como objetivo geral, identificar, por meio de comparações, qual o regime tributário, Lucro Real ou Lucro Presumido, é mais vantajoso para uma empresa do segmento metalúrgico localizada no município de Criciúma – SC. Com base no objetivo geral exposto, elaboram-se os seguintes objetivos específicos: obter os relatórios e documentos necessários para desenvolver o processo de planejamento tributário; realizar um estudo comparativo, apresentando os cálculos de apuração dos tributos nas formas de Lucro Presumido e Lucro real; demonstrar o regime tributário menos oneroso à empresa objeto de estudo; elencar as obrigações acessórias obrigatórias em cada regime.

De acordo com Oliveira (2013), a maioria dos problemas para a sobrevivência das empresas, além da gestão deficiente, é a elevada carga tributária. Sendo assim, caso a empresa deseje diminuir seus encargos tributários, deverá aplicar o planejamento tributário, para ter total certeza que seu objetivo será alcançado.

A escolha pelo tema justifica-se pelo cenário econômico mundial, no qual vem sofrendo constantes alterações e pelo fato de o Brasil deter de modo geral sua carga tributária elevada, onde a realização de um planejamento tributário para a redução dos tributos tem obtido elevado nível de importância, além de ser reconhecido como um processo de apoio para os empresários nas decisões a serem tomadas. Com isso então surge a necessidade de estudar a melhor forma de tributação a ser utilizada pela empresa analisada para que a mesma não pague impostos além do necessário.

Dessa forma, os profissionais da área contábil devem ter cautela e estarem atualizados para proporcionar a melhor opção para determinada instituição quanto à sua tributação, com base na legislação.

Por fim, o trabalho apresentado possui a seguinte forma de estrutura: introdução, fundamentação teórica; metodologia da pesquisa; estudo de caso e considerações finais, sendo que fundamentação teórica se refere à revisão da literatura com a análise sobre o sistema tributário, destacando o comparativo tributário. Será apresentada a metodologia da pesquisa e posteriormente a abordagem do estudo de caso e sua execução na prática. Para finalizar, serão apresentados os resultados do estudo, considerações finais, limitações da pesquisa e sugestões para estudos futuros.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Foi abordado no presente trabalho a base conceitual e teórica elaborada por meio de pesquisas bibliográficas sobre os assuntos que orientam o planejamento tributário.

A pesquisa consiste em apresentar os métodos de tributação viáveis para a empresa, sendo ela objeto de estudo, as opções do regime de tributário constam no Regulamento do Imposto de Renda, sendo eles classificados como Lucro Real e o Lucro Presumido.

### **2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

O Sistema Tributário Nacional é ordenado pelo recolhimento de tributos, tendo como propósito custear as atividades do Estado. Esses tributos podem ser



cobrados de forma direta ou indireta pelo Estado, quando o sujeito adquire um produto ou utiliza algum serviço, tanto de empresas privadas ou públicas.

Oliveira *et al.* (2015) declaram que a Constituição Federal ocorrida em 1988 trouxe alterações no Sistema Tributário Nacional, não só em relação a quantidade e ao campo de incidência dos tributos, mas também na distribuição dos valores arrecadados entre União, Estados e Municípios.

Na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em seu art. 1º menciona que o sistema tributário nacional é composto de impostos, taxas e contribuições de melhoria, sendo administrado pelas leis complementares definidas pelo Senado Federal, em concordância com as leis federal, estadual e municipal.

Para Gazola (2012), por sua carga tributária ser muito elevada, o sistema tributário precisa de reforma, observou-se nos diagnósticos já elaborados sobre essa questão três maiores problemas sendo eles a elevada carga tributária, abundante burocracia e insegurança jurídica.

Estão previstas no art. 113 da Lei nº 5.172 de 1966 do Código Tributário Nacional (CTN) as obrigações principal e acessória, sendo elas classificadas como dois tipos de obrigações tributárias.

Conforme o art. 113 do Código Tributário Nacional “a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.”

Será classificada como obrigação principal a que obtiver como princípio o pagamento do tributo ou penalidade e pelo fato de abranger o pagamento esse tipo de obrigação será decorrente de lei respeitando o princípio da legalidade.

Já as obrigações acessórias de acordo com o art. 113 do Código Tributário Nacional “a obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos”, ainda expõe que “a obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.”

Sendo classificada como obrigação acessória, por exemplo a escrituração dos livros e o recebimento da mercadoria acompanhando os documentos fiscais. Não havendo o cumprimento da obrigação acessória surgirá a obrigação principal, pois devido seu descumprimento ocorrerá a penalidade pecuniária gerando a exigência de multa.

### **2.1.1 Obrigação Principal**

A obrigação tributária principal enquadra-se como o pagamento do tributo, podendo em algumas circunstâncias ter o acréscimo de multa ou juros.

Conforme o Código Tributário Nacional, em seu art. 113, cita que a obrigação principal é definida pela obrigação de dar, pelo fato de ter o acontecimento do fato gerador.

Chimenti *et al.* (2012) citam que a obrigação tributária principal surge da ocorrência de um fato previsto em lei, originando o fato gerador, procedendo assim a obrigação tributária principal, sendo a obrigação patrimonial do sujeito passivo que tem por objeto o pagamento do tributo.

O fato gerador da obrigação principal, conforme o art. 114 do Código Tributário Nacional é a situação definida em Lei com a necessária e suficiente à sua

ocorrência. Tendo como principal objeto o pagamento do tributo, encerrando-se com o crédito decorrente.

### 2.1.2 Obrigação Acessória

Considerada a obrigação tributária que ocorre pela exigência de fazer ou não fazer, sendo a obrigação que o devedor requer a realização em benefício do credor.

Conforme o art. 115 do Código Tributário Nacional “o fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.”

É indispensável para o processo de apurar, fiscalizar e arrecadar tributos, mesmo que uma entidade se encontra dispensada da obrigação principal, a mesma não se encontra dispensada de cumprir com a obrigação acessória.

No quadro 1 constam as principais informações acessórias com seus respectivos prazos de entrega.

Quadro 1 – Obrigações acessórias Lucro Presumido x Lucro Real

Obrigações Municipais Estaduais			
Tipo	DES – Declaração Eletrônica de Serviços	DIME - Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico	EFD ICMS/IPI – Escrituração Fiscal Digital
Resumo	Declaração municipal utilizada para declarar ao fisco o total de serviços prestados no mês.	Tem por finalidade informar as operações e as prestações realizadas em cada período de apuração registradas no livro Registro de Apuração do ICMS.	Conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Data de envio	Até o dia 20 do mês subsequente.	Até o 10º dia seguinte ao do encerramento do período de apuração do imposto.	Até o 20º dia do mês seguinte ao da apuração do imposto.
Penalidade	Pela não transmissão da declaração no prazo previsto na legislação tributária municipal R\$2.000,00 por declaração não transmitida para cada filial.	Multa de R\$212,00 por documento.	Multa de 0,01% da soma do valor contábil das saídas com as entradas, não podendo ser inferior a R\$500,00, nem superior a R\$10.000,00 por período de apuração.
Lucro Presumido	Sim	Sim	Sim
Lucro real	Sim	Sim	Sim

Fonte: Adaptado pela autora conforme o Portal do SPED

Quadro 2 – Obrigações acessórias Lucro Presumido x Lucro Real

(Continua)

Obrigações Federais						
Tipo	EFD Contribuições	DCTF – Declaração de Débitos Tributários Federais	DIRPF – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física	ECF – Escrituração Contábil Fiscal	DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	ECD - Escrituração Contábil Digital
<b>Resumo</b>	Obrigação federal que compõe o SPED, a ser enviada pelas empresas na escrituração da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, bem como para a escrituração digital da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.	Declaração de competência da União, que contém informações relacionadas aos impostos federais, tais como IRPJ, IRRF, IPI, CSLL e outros.	É fundamental analisar a obrigatoriedade de envio da declaração de imposto de renda de pessoa física do ano para verificar se os sócios da empresa se enquadram nela.	Visa informar todas as operações que influenciem a composição da base de cálculo e o valor devido do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).	Declaração que tem como objetivo informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre as retenções de impostos efetuadas nos pagamentos e recebimentos realizados pela empresa.	Tem o objetivo de substituir a escrituração em papel pela escrituração transmitida via arquivo dos livros: livro diário, livro razão e livro balancete.
<b>Data de envio</b>	Até o 10º dia útil do mês subsequente.	Até o 15º dia útil do 2º mês subsequente ao mês da ocorrência dos fatos geradores.	A entrega da DIRPF em 2018 foi até o 30º de abril.	Para as situações normais até o último dia útil do mês de julho do ano subsequente.	Até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente.	Até o último dia útil do mês de maio do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere à escrituração
<b>Penalidade</b>	Multa de 0,02% por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta, limitada a 1%.	Multa de 2% ao mês, incidindo sobre o valor do imposto e contribuições informados na declaração, caso não haja a entrega da declaração ou entrega após o	Caso exista imposto devido à multa é de 1% ao mês calendário ou fração de atraso, incidindo sobre o imposto devido, com o valor mínimo de R\$165,74 e máximo de 20% ao imposto devido.	Para empresas do Lucro Real: multa de 0,25% por mês calendário ou fração, do lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL, limitada a 10%. Para empresas não tributadas pelo Lucro Real: de R\$500,00 por mês calendário ou	Multa de 2% ao mês calendário ou fração, incidindo sobre o montante do imposto de renda informado na declaração, limitada a 20%.	Multa de 0,02% ao dia de atraso, incidente sobre a receita bruta da PJ no período da apuração, limitada a 1%.

Quadro 2 – Obrigações acessórias Lucro Presumido x Lucro Real

(Conclusão)

Obrigações Federais						
<b>Penalidade</b>		prazo, limitada a 20% observando o valor mínimo.	Inexistindo imposto devido multa de R\$165,74.	fração para as PJ que se enquadram no início da atividade ou que sejam imunes ou isentas, ou que na última declaração tenham apurado o lucro presumido ou simples nacional. E de R\$1.500,00 por mês calendário ou fração para as demais PJ.		
<b>Lucro Presumido</b>	Sim	Sim	Sim	Sim, informa a base de recolhimento dos tributos, ou seja, regime de caixa ou regime de competência.	Sim	Sim, as que distribuírem lucro com base no resultado contábil.
<b>Lucro real</b>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Adaptado pela autora conforme o Portal do SPED

Quadro 3 – Obrigações acessórias Lucro Presumido x Lucro Real

(Continua)

Obrigações Previdenciárias e Social				
<b>Tipo</b>	<b>e-Social</b> - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas	<b>RAIS</b> – Relação Anual de Informações Sociais	<b>CAGED</b> – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	<b>SEFIP/GFIP</b> – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
<b>Resumo</b>	Os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores.	Com o envio dessa declaração, o governo pode ter controle sobre a atividade trabalhista no país, bem como identificar o trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP, dentre outros.	Declaração eletrônica para informar admissões e demissões de empregados registrados sob o regime da CLT.	Declaração enviada que contém informações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS.

Quadro 3 – Obrigações acessórias Lucro Presumido x Lucro Real

(Conclusão)

<b>Obrigações Previdenciárias e Social</b>				
<b>Data de envio</b>	Até o 7º dia do mês seguinte ao da competência informada.	O prazo de entrega da RAIS em 2018 foi até o 5º dia de abril.	Até o dia 7 do mês subsequente em que ocorreu a movimentação de empregados.	Até o 7º dia do mês seguinte em que a remuneração do trabalhador foi paga.
<b>Penalidade</b>	Falta de registro: R\$402,53 a R\$805,06 por empregado. Cadastro desatualizado: R\$201,27 a R\$402,54 por empregado. Falta de exames médicos: R\$402,53 a R\$4.025,33 por empregado. Omissões nos dados sobre acidentes de trabalho: O valor da multa altera conforme o limite mínimo e máximo do salário de contribuição. Falta de perfil profissional gráfico previdenciário: R\$1.812,87 a R\$181.284,63. Omissão de dados envolvendo o afastamento temporário: R\$1.812,87 a R\$181.284,63.	Multa a partir de R\$425,64, com acréscimo de R\$106,40 por bimestre de atraso.	Os valores a serem pagos em consequência da multa varia conforme o número de empregados e número de dias de atraso. De 1 a 30 dias= R\$4,47 por empregado; De 31 a 60 dias= R\$6,70 por empregado; Superior a 60 dias=13,40 por empregado.	Multa de 2% ao mês, incidente sobre o valor das contribuições informadas, verificando o percentual máximo de 20%, valores mínimos de R\$200,00 sem fato gerador, ou R\$500,00 nos demais casos.
<b>Lucro Presumido</b>	Sim	Sim	Sim	Sim
<b>Lucro real</b>	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Adaptado pela autora conforme o Portal do SPED



As obrigações citadas no quadro 1,2 e 3 são enviadas por meio digital para os governos federais, estaduais e municipais, no qual adquirem todos os dias uma elevada quantidade de informações, sendo essas cruzadas pelos órgãos competentes com a finalidade de verificar a regularidade das declarações. Sendo assim ficou mais fácil encontrar divergências tributárias, dificultando as tentativas de chances de burlar a Receita Federal e a Secretaria da Fazenda.

### 2.1.3 Tributos

No Código Tributário Nacional, em sua respectiva Lei nº 5.172 de 1966, o art. 3º estabelece tributo como “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”

Segundo Fabretti (2006), a obrigação do tributo é imposta por lei e cobrada por meio da atividade administrativa no qual esteja vinculado, com isso, o fisco só poderá cobrar o que está exposto em lei, não havendo assim abuso ou desvio de poder.

Oliveira *et al.* (2015), expõem que o Sistema Tributário Nacional classifica os tributos por meio de sua espécie. Para Fernandes (2011), atualmente existem três principais classificações de tributos no Brasil, sendo cada um designado para distintas áreas de utilização, classificados como impostos, taxas e contribuições de melhorias.

O pagamento dos tributos deve ser por meio da moeda corrente nacional e de acordo com as diretrizes que a lei estabelece, sendo que o contribuinte tem a exigência de executar o pagamento.

#### 2.1.3.1 Espécies tributárias

No art. 16º do Código Tributário Nacional, imposto é determinado da seguinte forma: “imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.”

Os impostos são pagamentos ao Governo efetuados por pessoas físicas e jurídicas, em dinheiro expresso na moeda corrente nacional, com a finalidade de custear parte das despesas administrativas, serviços básicos, compostos pela saúde, educação e segurança, custeando também o investimento em obras de infraestrutura, sendo recolhido de numerosas formas, como, impostos municipais, estaduais e federais.

Conforme Fabretti (2015), os impostos deverão ser instituídos por lei e independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte. Por tanto, não está vinculada a nenhuma prestação específica do estado ao sujeito passivo.

No Código Tributário Nacional, em seu art. 77º taxa é relatada como cobrada pela União, Estado e Distrito Federal ou também por meio dos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tendo como fato gerador a utilização do serviço público prestado ao contribuinte.

Para Souza (2007), o fato gerador da taxa não é um fato gerador efetuado pelo contribuinte, e sim pelo estado, pois a taxa paga pelo contribuinte se dá devido alguma atividade realizada pelo estado sendo assim cobrada do indivíduo que usufruiu daquele serviço.



Segundo Oliveira (2013), as taxas ao contrário dos impostos, são definidas pela doutrina como tributos vinculados, isto é, o estado oferece uma contrapartida, uma contraprestação de imediato ao contribuinte em função de sua cobrança.

Os serviços públicos passíveis da cobrança de taxas são aqueles essenciais na execução do Estado, sendo assim, na sua não prestação por parte do Estado prejudica a sociedade. Ao se referir ao serviço público o CTN trata para os serviços que beneficiam um conjunto específico, tendo como exemplo, a coleta de lixo, no qual contribuinte sabe por qual atividade está pagando o tributo.

Conforme o Código Tributário Nacional, em seu art. 81, as contribuições de melhorias cobradas pela União, Estados, Distrito Federal ou pelos Municípios, tem a finalidade de fazer parte dos custos das obras públicas decorrentes da valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Com isso, as contribuições de melhorias são cobradas quando é elaborada alguma obra pública que venha agregar valor ao bem material do contribuinte, recebendo assim o benefício, sendo o valor cobrado com base no custo que obteve na obra.

Segundo Oliveira (2013), o fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária decorrente de obra pública, como instalação de rede elétrica, obras contra enchentes, entre outras situações. Os favorecidos com obra assumem com seu custo, total ou de forma parcial.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 149º, estabelece que pertence de forma exclusiva à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas (BRASIL, 1988), sendo considerada o valor de débito da pessoa física ou jurídica com o intuito de se obter um fundo para ser usufruído em vantagem de toda a sociedade, por meio, da concessão de benefícios assistenciais, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93 - LOAS).

Conforme o art. 148º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a união por meio da lei complementar poderá estabelecer o empréstimo compulsório, com a finalidade de arcar com as despesas extraordinárias, oriundas de calamidade pública, guerra externa ou iminência, em caso de investimentos públicos de caráter urgente e de interesse nacional, e no parágrafo único, a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa de que fundamentou sua instituição (BRASIL, 1988).

Segundo Fabretti (2015), somente a União poderá elaborar esses tributos, dentro das condições definidas pela Constituição Federal, no qual também auxilia nas despesas como, enchentes, terremotos, vendavais entre outros, ou por circunstância de guerra externa, no qual provoque gastos inesperados, interferindo nas despesas da União, como nas situações de necessidade de investimento público classificados como urgente de relevância nacional.

## 2.2 CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

Conforme Bandeira (2016), a finalidade da contabilidade tributária encontra-se em aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas que englobam de forma simultânea e adequada a legislação tributária. A mesma se dedica nas técnicas a serem aplicadas no processo de apuração dos tributos exigidos pelas





instituições, com a finalidade de obter opções para moderar a carga tributária e obrigações acessórias impostas pelo fisco.

Para Fabretti (2015) a Contabilidade Tributária tem como propósito de agrupar a contabilidade existente brasileira, com base nas Normas Internacionais de Contabilidade, no Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para determinar parâmetros e métodos contábeis alinhados nas normas internacionais, atendendo dessa forma as obrigações dos usuários da contabilidade.

O autor ainda cita que o suporte para o planejamento tributário é a contabilidade tributária, pois é a partir dela que se encontram métodos legais para diminuir a carga tributária de uma entidade e apenas com uma contabilidade tributária eficiente é possível organizar uma empresa para que sua gestão de tributos seja eficaz.

## 2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

A carga tributária no Brasil é julgada elevada quando confrontada com outros países, sendo assim o planejamento tributário vem a ser uma ferramenta gerencial de grande relevância para a empresa, pois é considerado um processo legal de reduzir a carga tributária.

Segundo Fabretti (2006), planejamento tributário se caracteriza pelo “estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se planejamento Tributário, que exige antes de tudo, bom senso do planejador.”

Com o intuito de realizar o planejamento tributário, é recomendado analisar a organização da empresa e o tipo de tributação que mais irá trazer benefícios para a mesma, podendo eles ser o lucro real, o lucro presumido, simples nacional ou o arbitrado. O planejamento tributário de uma entidade deve decorrer de um estudo cauteloso realizado pelo contador.

Oliveira *et al.* (2015), expõe que o planejamento tributário se refere a um estudo prévio dos fatos administrativos, com efeitos jurídicos, fiscais e econômicos ocorrido por meio de determinação gerencial, no qual tem a finalidade de encontrar a maneira legal mais viável para o contribuinte.

Fabretti (2009) ressalta que existem opções legais eficazes para as empresas de grande porte, porém podem ser ineficazes para as empresas de pequeno e médio porte, devido ao custo que os processos necessários para aplicação do planejamento tributário podem exigir, sendo assim o processo de custo/benefício deve ser bem analisado.

O processo de planejamento tributário não deve ser confundido com o processo de sonegação fiscal. Pois, planejar é escolher as opções lícitas no qual podem acarretar em melhores resultados para a entidade e sonegar é abranger de meios ilegais para o pagamento legal do tributo devido, agindo assim com fraude.

A elisão fiscal trata-se de um processo legal para reduzir as obrigações tributárias, sendo ela uma ferramenta classificada como legal de ser evitado, adiado ou minimizado o pagamento obrigatório do imposto ainda não devido pela entidade. (FABRETTI, 2015).

Já a evasão fiscal, Fernandes (2018) cita que é a economia ilícita ou fraudulenta de tributos, pois sua ocorrência acontece pelo descumprimento de regras



tributárias ou pela utilização de fraudes. O processo de evasão fiscal refere-se aos meios ilícitos, onde ocorre a omissão de informações, procedendo assim para o processo de sonegação e fraude fiscal.

Conforme Fernandes (2017) cita a elusão fiscal, é um fenômeno pelo qual o contribuinte, mediante a organização planejada de atos lícitos, mas desprovidos de “causa” (simulados ou com fraude à lei), tenta evitar a subsunção de ato ou negócio jurídico ao conceito normativo do fato típico e a respectiva imputação da obrigação tributária.

Segundo Fernandes (2017), o regime tributário é uma escolha bastante relevante para o sucesso e alcance de lucros para a instituição. A alternativa não adequada irá levar ao pagamento de tributos de forma indevida. A obtenção do regime de tributação correto deve ser feita pelo contador que tem elevada capacidade em gestão tributária. No Brasil atualmente existe quatro tipos de regimes tributários, sendo eles o Simples Nacional, Lucro Arbitrado, Lucro Presumido e Lucro Real e para cada regime de tributação existe sua legislação e definições específicas. Sendo assim se faz necessário a apresentação dos regimes tributários disponíveis atualmente.

### **2.3.1 Compliance Tributário**

O *Compliance Tributário* é considerado um processo preventivo que possui a finalidade de minimizar as inconsistências tributárias dentro de uma organização, fazendo assim a verificação se a mesma está em concordância com as leis tributárias vigentes, onde mesmo sendo considerado um assunto novo para a maioria dos empreendedores é de grande relevância para qualquer organização.

Conforme Neto (2016) “o *Compliance Tributário* é um trabalho preventivo e constante, onde o principal objetivo é diminuir incontingências tributárias e verificar se a empresa está em conformidade com as normas tributárias vigentes”.

As publicações das normas brasileiras estão ocorrendo de forma acelerada, com isso surge a preocupação do contribuinte em estar acompanhando as atualizações e saber se a mesma se aplica ou não em sua empresa. A elevada quantidade de tributos e obrigações acessórias exigentes no Brasil torna mais complexa a rotina de uma empresa.

A Receita Federal consegue fazer o cruzamento das notas fiscais eletrônicas emitidas pela empresa e obrigações acessórias de forma digital por meio da obrigação do SPED. Onde Neto (2016) informou para revista Exame, que a tempos atrás era mais dificultoso o contribuinte ser atuado pela fiscalização, pois o processo dependia de uma análise dos documentos elaborada de forma manual pela fiscalização, porém nos dias atuais as empresas estão sendo examinadas de forma frequente e digital, com isso a importância do papel do *Compliance Tributário* dentro da organização.

A empresa que adota o *Compliance Tributário* de forma opcional e adere com isso alguns benefícios como eliminação de multas relacionadas na parte tributária, baixa insegurança tributária e diminuição da exposição com a fiscalização.

### **2.3.2 Modalidade Tributação**

Atualmente no Brasil existem alguns regimes de tributação que estão classificados como: Lucro Real, Lucro Presumido, Simples Nacional e Lucro Arbitrado.

As entidades podem escolher por esses regimes de forma espontânea ou obrigatória, conforme demanda na legislação. A modalidade que a empresa optar será para o exercício, caso não aconteça nenhuma interferência.

Para esse trabalho será questionado os regimes de tributação Lucro Real e Lucro Presumido.

### 2.3.2.1 Lucro Presumido

A opção do lucro presumido refere-se a um imposto simplificado do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL). As condições para a escolha dessa modalidade de tributação conforme a Lei nº 12.814 de 2013 em seu art. 7º, é que não tenha receita acima de R\$ 78.000.000,00 (Setenta e Oito Milhões de Reais) no ano base anterior ou que não tenha atingido o valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis Milhões e Quinhentos Mil Reais) mensais no ano calendário. Tratando assim de um percentual que se aplica sobre a receita operacional bruta. Sendo assim o Lucro Presumido classifica-se como uma presunção do lucro bruto da instituição caso não houvesse a ocorrência da contabilidade.

Conforme o Decreto nº 9.580 de 2018, em seu art. 600º, a pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter:

- I - escrituração contábil nos termos da legislação comercial;
- II - Livro Registro de Inventário, do qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano-calendário; e
- III - em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal específica e os documentos e os demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal.

As pessoas jurídicas que de forma obrigatória se enquadram no Lucro Real com base na Lei nº 9.718 de 1998, não terão a escolha de optar pelo regime tributário Lucro Presumido, sendo quatro tipos de impostos federais incidentes sobre o faturamento das empresas que se enquadram nessa modalidade, classificados como o PIS e a COFINS, apurados de forma mensal, e o IRPJ e a CSLL apurados de forma trimestral.

#### Quadro 4 – Lucro Presumido: atividades x alíquotas

Atividades	Percentuais- IRPJ	Percentuais- CSLL
Revenda de combustíveis para consumo	1,6%	12%
Indústria e comércio em geral	8%	12%
Serviços hospitalares e de transportes de cargas	8%	12%
Demais serviços de transportes	16%	12%
Serviços em geral	32%	32%

Fonte: Adaptado pela autora com base na Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996

Vale ressaltar o que está descrito no art. 4º Lei nº 9.430 de 1996, onde anuncia que para base de cálculo do IRPJ a parcela que exceder o valor de R\$ 20.000,00 mensais ou R\$ 60.000,00 trimestrais, terá uma alíquota adicional de 10%.

De acordo com Souza e Pavão (2012), no regime do lucro presumido são quatro tipos de impostos federais que incidem sobre o valor do faturamento, devendo



ser recolhidos pelo DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais), sendo eles o PIS, alíquota 0,65% e a COFINS, alíquota 3%, devendo ser apurados mensalmente, e o IRPJ e a CSLL devendo ser apurados trimestralmente.

Lopes (2017) cita que as empresas optantes pelo regime tributário Lucro Presumido se enquadram na característica de baixo valor de folha salarial, lucros altos e custos operacionais baixos, no qual se enquadram sede própria, compras sem frete, entre outros.

Outro tipo de tributação no qual pode ser optado é o Lucro Real, no qual se enquadra de forma obrigatória para empresas em definidas condições, sendo ele o regime tributário em que os tributos são calculados mediante o lucro líquido do período de apuração, considerando valores como dedução e adição conforme permissão da Lei nº 8.541 de 1992.

### 2.3.2.2 Lucro Real

A apuração do Lucro Real engloba a contabilidade completa no que se diz respeito à rotina contábil e tributária, abrangendo assim a complexidade no processo de execução das rotinas, a base de cálculo dos tributos como IRPJ e a CSLL é a escrituração completa das atividades. O responsável pela contabilidade terá que adotar alguns métodos para que o resultado seja apurado de forma coerente, observando os princípios contábeis, completa escrituração fiscal e contábil, provisões necessárias e as demonstrações contábeis como, DRE, Balancetes e livros, como o Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, entradas e saídas e o livro de inventário.

“Lucro Real é o lucro líquido do período, apurado com observância das normas das legislações comercial e societária, ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas pela legislação do Imposto de Renda (SILVA, 2006, p.01).”

De acordo com a Lei nº 9.718 de 1998, estão obrigadas a optarem pelo regime tributário Lucro Real as empresas cuja receita é superior de R\$78.000.000,00, com atividades de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de créditos, financiamentos, investimentos e entre outros, com lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundo do exterior; que possuem algum benefício fiscal relativo à isenção ou redução de tributos; que tenha executado pagamento por estimativa; as *factoring*; empresas com atividades de créditos imobiliários, financeiros e agronegócio.

Oliveira *et al.* (2013) considera o Lucro Real como um lucro líquido do período apurado na escrituração, denominado lucro contábil, no qual é modificado pela legislação com as adições, exclusões e compensações definidas e habilitadas pela legislação tributária.

Oliveira *et al.* (2013) esclarece que o contribuinte pode optar pela apuração trimestral ou anual. Se a instituição escolher pelo tipo de tributação trimestral, o encerramento ocorre a cada trimestre do ano, caso se enquadre pela apuração anual poderá escolher em apurar os tributos por estimativa de forma mensal ou no encerramento do ano.

Para Oliveira (2013) as entidades que optam pelo regime tributário Lucro Real anual terão que pagar de forma mensal, o IRPJ e a CSLL sobre o lucro calculado de forma estimada, o pagamento se dá até o último dia útil do mês seguinte. O IRPJ encontra-se na alíquota de 15%, e com o adicional de 10%, sendo que a liquidação do adicional terá que ser feita de forma mensal incidindo sobre o valor do lucro que foi estimado que ultrapassar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), já a CSLL possui

a alíquota de 9%. Sendo assim o pagamento estimado se dá por meio da antecipação do IRPJ e da CSLL.

O art. 260º Decreto nº 9.580 de 2018 expõe a base de cálculo, onde está exposto que serão adicionados os lucros líquidos do período apurado:

- I - os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real; e
- II - os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, devam ser computados na determinação do lucro real.

Já o art. 261º Decreto nº 9.580 de 2018, apresenta as exclusões do lucro líquido do período apurado:

- I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Regulamento e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;
- II - os resultados, os rendimentos, as receitas e outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, não sejam computados no lucro real; e
- III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Regulamento, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e os documentos exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação.

No que se refere ao cálculo do PIS (Lei nº10.637/2002) e da COFINS (Lei nº 10.833/2003) estipula-se que no processo de apuração do Lucro Real, de acordo com a atividade da empresa, poderá ter a opção de ser apurado pelo método não cumulativo, onde para formação do cálculo utiliza-se o total das receitas do período, deduz as devoluções, soma o valor da fatura de energia elétrica e sobre o resultado aplica-se a alíquota de 1,65% para o PIS e 7,60% para a COFINS, sobre os créditos das entradas irá ser compensado os débitos das saídas.

Oliveira (2014), expõe que não irá ter a incidência do PIS e a COFINS sobre as receitas originadas do processo de exportação, prestação de serviços para pessoa física ou jurídica domiciliada em outro país, venda para comercial exportadora que tenha a finalidade de exportação.

Ainda Oliveira (2014) cita que se enquadram na modalidade cumulativa de PIS, alíquota de 0,65% e da COFINS, alíquota 3% as receitas decorrentes dos serviços de telecomunicação, vendas do ativo permanente, prestação de serviço e educação infantil, ensino fundamental, médio e superior, revenda de automóveis usados, venda de jornais, revistas, livros e periódicos, entre outras receitas.

O art. 1º do Decreto nº 8.426/2015, estabelece para as receitas financeiras a alíquota de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sendo o valor recolhido com o restante dos tributos que se enquadram na mesma natureza.

### 3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS



Nessa sessão começamos descrevendo o enquadramento metodológico do estudo. Após serão apresentados os procedimentos utilizados para o estudo e análise dos dados.

### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A abordagem dessa pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois, conforme Beuren (2006) descreve, a pesquisa realizada pelo modelo qualitativa é mais completa no questionamento da questão problema a ser estudada, pois se enquadra num grupo de métodos que examina a correlação existente entre certas variáveis, fazendo assim a percepção e a especificação dos procedimentos que são vivenciados no grupo de integrantes a serem pesquisado.

No que se refere aos objetivos expostos nesse trabalho utilizou-se do método descritivo, pois irá representar características da pesquisa. Segundo Raupp e Beuren (2003) a pesquisa classificada como descritiva tem como sua principal finalidade relatar características de definida população ou estabelecimento em relação aos seus aspectos, sendo que uma de suas características está no método de aplicação das técnicas utilizadas na coleta de dados.

Para execução do presente trabalho, será elaborada pesquisas bibliográficas, por meio de livros, artigos, conteúdos disponibilizados via internet, legislação e outros materiais para compor o conteúdo da pesquisa. Conforme Gil (1996), é preciso o desenvolvimento da pesquisa que se obtém por meio do material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

O método praticado na execução do trabalho será um estudo de caso, onde Gil (2007) define que estudo de caso “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”, sendo o mesmo aplicado em uma empresa do ramo industrial de seguimento metalúrgico, localizada no município de Criciúma.

### 3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para o procedimento de coleta de dados dos documentos que foram analisados, primeiramente solicitou-se ao responsável da empresa a aprovação para o fornecimento das informações necessárias para execução do comparativo, os documentos solicitados foram, o relatório de acompanhamento de entradas e saídas emitidos por meio do *software* gerencial que a empresa usufrui. Também foi solicitado para o responsável pelos processos fiscais da contabilidade a apuração de regime tributário lucro presumido referente ao ano de 2018, as faturas de energia, folha de pagamento dos funcionários, balanços trimestrais e a apuração do PIS e da COFINS. Com o recebimento de todos os documentos solicitados elaborou-se uma análise detalhada das informações.

Foram elaboradas planilhas, por meio da ferramenta de Excel, para desenvolvimento dos cálculos, sendo observado inicialmente os valores recolhidos pela empresa em 2018 no regime em que ela se encontra, sendo ele o lucro presumido, em seguida, calculado o valor pago pela organização se estivesse enquadrada no regime lucro real. Obtendo assim a conclusão do regime tributário mais vantajoso, sendo a tributação menos onerosa para a empresa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta sessão será apresentado o processo comparativo do estudo de caso, sendo vistos os dados que foram concedidos pela empresa estudada. A elaboração do estudo de caso tem como finalidade analisar o regime tributário menos oneroso para a empresa.

A empresa analisada localiza-se na região de Criciúma – SC e se enquadra como sociedade limitada do ramo metalúrgico. Não será feito a divulgação de seu nome, com isso será utilizado a nomenclatura fictícia de Metal Metalúrgica LTDA. Com fundação em 2004, a empresa possui atualmente 41 funcionários, e seus principais produtos são peças para os setores de cimento e mineração, peças para o setor metal-mecânico, peças para o setor ferroviário, entre outros, atendendo todas as regiões do Brasil. Desde sua fundação a empresa enquadra-se no regime tributário Lucro Presumido.

Após a elaboração das planilhas de cálculo, faz-se necessária a comparação com os valores apurados pelo regime atual, comparando no lucro real, chegando assim na conclusão da opção tributária mais vantajosa à empresa.

#### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS

A seguir estão os dados alcançados por meio de demonstrações contábeis, relatórios de entradas e saídas aplicados pela empresa, livro de apuração de tributos, livros fiscais e documentos disponibilizados pela contabilidade.

O Quadro 5 está expondo os valores de faturamento, valores das devoluções de clientes e os valores de compras do ano de 2018. Os valores estão expressos em reais.

Quadro 5 – Faturamento, Devoluções e Compras mensais do ano de 2018

Período	Faturamento	Devolução de Clientes	Compras
Jan/18	979.612,94	40.686,40	500.412,45
Fev/18	896.702,07	2.994,00	538.233,02
Mar/18	985.046,44	4.016,00	452.408,16
Abr/18	788.999,05	8.655,00	428.095,53
Mai/18	673.554,22	-	370.351,21
Jun/18	707.510,05	-	351.241,80
Jul/18	762.769,28	-	403.256,95
Ago/18	749.847,66	-	320.333,15
Set/18	649.303,63	19.773,15	402.622,81
Out/18	742.023,34	772,00	226.341,41
Nov/18	918.058,68	-	554.188,48
Dez/18	1.020.654,78	-	709.274,79
<b>Total 2018</b>	<b>9.874.082,14</b>	<b>76.896,55</b>	<b>5.256.759,76</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Observa-se que os meses em que houve maior faturamento foram em dezembro, março e janeiro, isso é devido as paradas para manutenção nos equipamentos que as empresas cimenteiras executam nesses períodos (final de ano e início de ano). Como as empresas cimenteiras são os maiores clientes que a empresa estudada possui é por decorrência desse fator a elevação em seu faturamento nos referidos meses.

Verifica-se nas devoluções que nos meses de janeiro e setembro, comparando ao restante dos meses possui um valor mais significativo, isso é devido

à entrega de mercadoria indevida para o cliente. Nos outros meses o valor de devolução é considerável, sendo que em alguns nem possuem devolução. Já nos meses de dezembro, novembro e fevereiro são quando a empresa mais possui valor em compras, isso é devido ao maior faturamento que a mesma possui nos meses subsequentes.

A seguir será feito a demonstração da carga tributária com base no regime tributário Lucro Presumido.

#### 4.2 APURAÇÃO TRIBUTÁRIA COM BASE NO LUCRO PRESUMIDO

Demonstrando o cálculo de PIS e COFINS o Quadro 6 demonstra os valores apurados no período referente ao Lucro Presumido, sendo que a indicação desse regime tributário é a não permissão de crédito tributário sobre as compras obtidas. As alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3%, respectivamente. Para cálculo destas contribuições, para composição da base de cálculo mensal utilizou-se o faturamento deduzido das devoluções.

Quadro 6 – Cálculo de PIS e COFINS Lucro Presumido de 2018

Período	Valor	Devolução	Base de Cálculo	PIS 0,65%	COFINS 3%
Jan/18	979.612,94	(40.686,40)	938.926,54	6.103,02	28.167,80
Fev/18	896.702,07	(2.994,00)	893.708,07	5.809,10	26.811,24
Mar/18	985.046,44	(4.016,00)	981.030,44	6.376,70	29.430,91
Abr/18	788.999,05	(8.655,00)	780.344,05	5.072,24	23.410,32
Mai/18	673.554,22	-	673.554,22	4.378,10	20.206,63
Jun/18	707.510,05	-	707.510,05	4.598,82	21.225,30
Jul/18	762.769,28	-	762.769,28	4.958,00	22.883,08
Ago/18	749.847,66	-	749.847,66	4.874,01	22.495,43
Set/18	649.303,63	(19.773,15)	629.530,48	4.091,95	18.885,91
Out/18	742.023,34	(772,00)	741.251,34	4.818,13	22.237,54
Nov/18	918.058,68	-	918.058,68	5.967,38	27.541,76
Dez/18	1.020.654,78	-	1.020.654,78	6.634,26	30.619,64
<b>Total 2018</b>	<b>9.874.082,14</b>	<b>(76.896,55)</b>	<b>9.797.185,59</b>	<b>63.681,71</b>	<b>293.915,57</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

O Quadro 6 demonstra que no período de 2018 a empresa recolheu pela modalidade tributária Lucro Presumido os valores de R\$ 63.681,71 de PIS e R\$ 293.915,57 de COFINS. A base de cálculo é composta pelo valor do faturamento, deduzindo o valor do IPI, para não ocorrer à bitributação, deduzindo também o valor das devoluções ocorridas no período, após aplicou-se as alíquotas de PIS e COFINS da modalidade cumulativa, no qual são calculadas e recolhidas de forma mensal, não ocorrendo assim os descontos dos créditos das entradas.

No Quadro 7 estão expostos os cálculos do IRPJ e da CSLL referente ao ano de 2018, sendo calculados de forma trimestral, a base de cálculo é o faturamento bruto do trimestre, deduzindo as devoluções, tendo assim o valor de faturamento ajustado.

Quadro 7 – Cálculo do IRPJ Lucro Presumido 2018



Período	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Total 2018
<b>Faturamento</b>	2.813.665,05	2.161.408,32	2.142.147,42	2.679.964,80	<b>9.797.185,59</b>
<b>BC Presunção 8%</b>	225.093,20	172.912,67	171.371,79	214.397,18	<b>783.774,85</b>
<b>BC IRPJ</b>	225.093,20	172.912,67	171.371,79	214.397,18	<b>783.774,85</b>
<b>IRPJ 15%</b>	33.763,98	25.936,90	25.705,77	32.159,58	<b>117.566,23</b>
<b>BC Adicional</b>	165.093,20	112.912,67	111.371,79	154.397,18	<b>543.774,85</b>
<b>Adicional IRPJ 10%</b>	16.509,32	11.291,27	11.137,18	15.439,72	<b>54.377,48</b>
<b>Valor Devido IRPJ</b>	50.273,30	37.228,17	36.842,95	47.599,30	<b>171.943,71</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

O percentual de presunção do IRPJ sobre a receita tributável líquida é de 8%, pois a empresa se enquadra no ramo industrial, sobre a base de cálculo presumida é aplicado a alíquota de 15% de IRPJ e como em todos os trimestres a base de cálculo ultrapassou o valor limite houve a incidência do adicional de IRPJ de 10%. A empresa teve no primeiro trimestre o valor devido de IRPJ de R\$ 50.273,30, no segundo trimestre de R\$ 37.228,17, no terceiro trimestre R\$ 36.842,95 e no quarto trimestre R\$ 47.599,30, observa-se que em todos os trimestres obteve adicional de IRPJ. Nota-se que os valores a recolher de IRPJ possuem oscilações significativas no primeiro e quarto trimestre, isso é devido ao maior faturamento nos meses de janeiro, março e dezembro.

No ano de 2018 a empresa não obteve outras receitas além do faturamento realizado, sendo recolhido pelo Lucro Presumido o total de IRPJ em 2018 de R\$ 171.943,71.

**Quadro 8 – Cálculo da CSLL Lucro Presumido 2018**

Período	Faturamento	BC Presunção 12%	CSLL 9%
1º Trim.	2.813.665,05	337.639,81	30.387,58
2º Trim.	2.161.408,32	259.369,00	23.343,21
3º Trim.	2.142.147,42	257.057,69	23.135,19
4º Trim.	2.679.964,80	321.595,78	28.943,62
<b>Total 2018</b>	<b>9.797.185,59</b>	<b>1.175.662,27</b>	<b>105.809,60</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

No cálculo do CSLL a presunção é de 12% sobre a receita modificada, pois ocorre à dedução das devoluções, a base de cálculo da presunção é aplicada sobre o faturamento líquido, após aplica-se a alíquota de 9%. Os trimestres que mais possuem valores elevados são o primeiro e quarto, isso é em decorrência ao valor de faturamento, sendo o valor recolhido pela empresa em 2018 de R\$ 105.809,60.

#### 4.3 APURAÇÃO TRIBUTÁRIA COM BASE NO LUCRO REAL

Para o cálculo do PIS e COFINS o Lucro Real disponibiliza o aproveitamento de crédito referente a algumas aquisições como, insumos ou materiais de manutenção ligados diretamente na produção, nesse caso a empresa estudada poderá creditar-se sobre a alíquota não cumulativa de 1,65% para o PIS e para a COFINS de 7,60%. Também terá o crédito sobre a energia elétrica utilizada na empresa (deduzido o valor da taxa da COSIP), com o valor líquido em 2018 de R\$

457.059,65 e do valor de manutenções ligados diretamente na produção, totalizando em 2018 R\$ 45.213,36, dessa forma segue informações sobre o cálculo do PIS em 2018.

Quadro 9 – Cálculo PIS Lucro Real 2018

Período	Débito de PIS	Crédito de PIS	PIS a Recolher
Jan/18	15.492,29	(8.893,14)	6.599,14
Fev/18	14.746,18	(9.498,75)	5.247,44
Mar/18	16.187,00	(8.124,05)	8.062,95
Abr/18	12.875,68	(7.704,99)	5.170,69
Mai/18	11.113,64	(6.708,83)	4.404,82
Jun/18	11.673,92	(6.500,47)	5.173,45
Jul/18	12.585,69	(7.374,28)	5.211,42
Ago/18	12.372,49	(6.009,45)	6.363,04
Set/18	10.387,25	(7.400,92)	2.986,34
Out/18	12.230,65	(4.568,39)	7.662,26
Nov/18	15.147,97	(9.909,86)	5.238,11
Dez/18	16.840,80	(12.330,93)	4.509,87
<b>Total 2018</b>	<b>161.653,56</b>	<b>(95.024,04)</b>	<b>66.629,52</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

No Quadro 9 estão os valores de débito e crédito do cálculo do PIS, apurados pela modalidade não cumulativa sobre o ano de 2018, a base de cálculo do débito é o valor de faturamento deduzindo as devoluções aplicando a alíquota de 1,65%. Já a base de cálculo do crédito é o valor das compras de mercadorias, somado ao valor da fatura da energia elétrica e o valor das manutenções, sobre o montante aplica-se a alíquota de 1,65%.

O valor do débito de PIS é de R\$ 161.653,56 e o valor do crédito de R\$ 95.024,04, totalizando o PIS a recolher de R\$ 66.629,52.

Quadro 10– Cálculo COFINS Lucro Real 2018

Período	Débito de COFINS	Crédito de COFINS	COFINS a Recolher
Jan/18	71.358,42	(40.962,36)	30.396,06
Fev/18	67.921,81	(43.751,81)	24.170,01
Mar/18	74.558,31	(37.419,86)	37.138,46
Abr/18	59.306,15	(35.489,63)	23.816,52
Mai/18	51.190,12	(30.901,25)	20.288,87
Jun/18	53.770,76	(29.941,55)	23.829,21
Jul/18	57.970,47	(33.966,37)	24.004,10
Ago/18	56.988,42	(27.679,89)	29.308,53
Set/18	47.844,32	(34.089,08)	13.755,24
Out/18	56.335,10	(21.042,27)	35.292,83
Nov/18	69.772,46	(45.645,42)	24.127,04
Dez/18	77.569,76	(56.797,01)	20.772,75
<b>Total 2018</b>	<b>744.586,10</b>	<b>(437.686,49)</b>	<b>306.899,61</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

No Quadro 10 demonstra os valores de débito e crédito do cálculo da COFINS, apurados pela modalidade não cumulativa sobre o ano de 2018, a base de cálculo do débito é o valor de faturamento deduzindo as devoluções aplicando a alíquota de 7,60%. Já a base de cálculo do crédito é o valor das compras de mercadoria somando o valor da fatura da energia elétrica (deduzido o valor da taxa da COSIP) e manutenções aplicando também a alíquota de 7,60%.



O valor do débito da COFINS é de R\$ 744.586,10 e o valor do crédito de R\$ 437.686,49, totalizando a COFINS a recolher de R\$ 306.899,61.

Quadro 11 – Cálculo da IRPJ Lucro Real 2018

<b>Cálculo IRPJ</b>	<b>Valores</b>
Resultado contábil do exercício	523.204,31
Adições	260,00
Multas de trânsito	260,00
Lucro tributável	523.464,31
IRPJ 15%	78.519,65
Base de cálculo adicional IRPJ	283.464,31
Adicional IRPJ 10%	28.346,43
<b>Total IRPJ devido</b>	<b>106.866,08</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Está exposto no Quadro 11 os resultados contábeis do Lucro Real, calculado de forma anual. Para encontrar o resultado contábil o cálculo é o lucro líquido do exercício desconsiderando o valor do PIS e COFINS do lucro presumido, considerando os valores de PIS e COFINS do lucro real, assim somam-se as multas para encontrar o lucro tributável e aplica-se a alíquota de 15% para o IRPJ. No caso como o lucro tributável excedeu o valor de R\$ 240.000,00 teve o adicional de IRPJ de 10%, onde para encontrar o valor da base de cálculo utiliza-se o lucro tributável e deduz o valor limite de R\$ 240.000,00. O total de IRPJ devido no período foi de R\$ 106.866,08.

Quadro 12 – Cálculo da CSLL Lucro Real 2018

<b>Cálculo CSLL</b>	<b>Valores</b>
Resultado contábil do exercício	523.204,31
Adições	260,00
Multas de trânsito	260,00
Lucro tributável	523.464,31
CSLL 9%	47.111,78
<b>Total CSLL devida</b>	<b>47.111,78</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Para cálculo da CSLL do Lucro Real, utiliza-se o resultado contábil do exercício, adicionando o valor das multas de trânsito, chegando ao valor do lucro tributável, aplicando a alíquota de 9%, totalizando a CSLL devida do período de R\$ 78.519,65.

#### 4.4 LUCRO PRESUMIDO X LUCRO REAL

O Quadro 13 traz o comparativo demonstrando os resultados da apuração de cada tributo fazendo a comparação entre o lucro real e lucro presumido em 2018.

Quadro 13 – Comparativo Presumido X Real

(Continua)

<b>Exercício: 2018</b>	<b>Lucro Presumido</b>	<b>Lucro Real</b>	<b>Diferença</b>
IRPJ	171.943,71	106.866,08	(65.077,63)
CSLL	105.809,60	47.111,78	(58.697,82)
COFINS	293.915,57	306.899,61	12.984,05

Quadro 13 – Comparativo Presumido X Real

Exercício: 2018	Lucro Presumido	Lucro Real	Diferença
PIS	63.681,71	66.629,52	2.947,82
<b>CARGA TRIBUTÁRIA TOTAL</b>	<b>635.350,59</b>	<b>527.507,00</b>	<b>(107.843,59)</b>

Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Verificando o Quadro 13 nota-se que após ser feito o comparativo, o regime tributário que apresenta maior vantagem para a empresa é o lucro real, pois demonstrou uma economia de R\$ 107.843,59 no ano de 2018. Os valores mais relevantes foram no IRPJ, com diferença de R\$ 65.077,63 e na CSLL de R\$ 58.697,82 pelo fato de que o resultado contábil tributável do lucro real ser menor que a presunção do IRPJ e CSLL do lucro presumido, gerando um valor total de economia de R\$ 92.367,59.

Para o PIS e a COFINS o regime tributário mais vantajoso continua sendo o lucro presumido, pois mesmo tendo o aproveitamento de créditos do lucro real, estes não foram suficientes para gerar uma menor carga tributária, totalizando assim uma diferença de R\$ 12.984,05 para a COFINS e de R\$ 2.947,82 para o PIS em vantagem ao regime tributário atual.

Uma relevância entre os regimes é a apuração do lucro, pois no regime tributário do lucro presumido a base de cálculo para o lucro é o valor de faturamento da empresa, sem a consideração das deduções das despesas dedutíveis, para assim aplicar a CSLL e o IRPJ, ocorrendo assim a possibilidade de ser pago um elevado valor dessas tributações, sendo que no lucro real poderia acarretar em prejuízo, ocasionando assim a suspensão do pagamento do IRPJ e da CSLL, pois a incidência é sobre o lucro tributável.

Como verificado no estudo, o regime de tributação do lucro real apresentou-se menos oneroso quando comparado com o lucro presumido. Desta forma, como constado no estudo teórico, a empresa deve também observar as obrigações acessórias obrigatórias para este regime de tributação. Caso a empresa optar pelo regime de tributação do lucro real, esta estará obrigada a enviar as obrigações municipais e estaduais: DES – Declaração Eletrônica de Serviços, EFD ICMS/IPI – Escrituração Fiscal Digital e a DIME - Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico. Já as obrigações federais seriam: DCTF – Declaração de Débitos Tributários Federais, EFD Contribuições, ECF – Escrituração Contábil Fiscal, DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, DIRPF – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física e a ECD - Escrituração Contábil Digital e também as obrigações previdenciárias e social: SEFIP/GFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e o e-Social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elevada carga tributária no Brasil os empresários tendem por meio de estudos tributários e de forma lícita a diminuição dos tributos, obtendo as vantagens tributárias disponibilizadas pelos Órgãos Federais no Brasil. Porém como estudado o cenário brasileiro das legislações tributárias sofre alterações de forma constantemente elevando assim sua complexidade, com isso torna-se essencial que o profissional que está à frente do setor tributário da empresa seja capacitado e qualificado para assumir o cargo, sendo que para a empresa estar no regime tributário ideal é de extrema

importância, pois como verificamos nesse estudo tributário possuem algumas alterações entre as opções de regimes que foram analisados.

Com isso o estudo apresentado buscava responder a seguinte questão pesquisa: Qual o regime tributário, entre o Lucro Real e Lucro Presumido é menos oneroso para uma empresa do ramo metalúrgico? Obtendo como resposta após ser feito todas as análises necessárias que o regime tributário menos oneroso na indústria metalúrgica estudada é o Lucro Real, pois reduziu em R\$107.843,59 o pagamento dos tributos.

Tendo como objetivo geral identificar, por meio de comparações, qual o regime tributário, Lucro Real ou Lucro Presumido, é mais vantajoso para uma empresa do segmento metalúrgico localizada no município de Criciúma–SC, sendo ele alcançado, pois com o comparativo realizado foi identificado que o regime tributário Lucro Real é o mais vantajoso para a empresa Metal Metalúrgica LTDA.

Também foram atingidos os objetivos específicos, pois para análise dos dados foram verificados os relatórios e documentos necessários para desenvolvimento do estudo comparativo, demonstrando o regime tributário menos oneroso para empresa e demonstrado também as obrigações acessórias presente em cada regime tributário.

Após realizar o estudo tributário sugere-se como melhoria para a entidade a alteração de regime tributário, do Lucro Presumido para o Lucro Real, pois dessa forma os valores gastos com tributos seriam reduzidos, e a empresa poderá investir em outros processos, porém a contabilidade do regime tributário Lucro Real é mais complexa pelo fato de ter mais obrigações acessórias, entre outras situações.

Caso a empresa optar pelo regime de tributação Lucro Real a mesma terá a obrigação de enviar as seguintes obrigações acessórias: de esfera municipal e estadual, DES – Declaração Eletrônica de Serviços, EFD ICMS/IPI – Escrituração Fiscal Digital e a DIME - Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico. De esfera federal, DCTF – Declaração de Débitos Tributários Federais, EFD Contribuições, ECF – Escrituração Contábil Fiscal, DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, DIRPF – Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física e a ECD - Escrituração Contábil Digital. Para finalizar de esfera previdenciárias e social: SEFIP/GFIP – Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, RAIS – Relação Anual de Informações Sociais e o e-Social.

Como limitações para desenvolvimento deste estudo, pode-se citar o atraso no recebimento dos dados para realização do estudo tributário e a falta de registros contábeis, por parte da contabilidade, de todos os documentos fiscais referentes ao período de 2018 (para a realização de um estudo mais assertivo, os gastos identificados que não estavam registrados na base contábil foram inclusos para fins de cálculos do estudo).

Como sugestão de estudo futuro, é importante verificar as alterações tributárias vigentes e observar um período de estudo maior, assim pode-se concretizar o resultado obtido.

Por fim, pode-se concluir que o estudo realizado teve relevância, pois seus resultados foram positivos e desempenhou o conhecimento em relação ao processo de pesquisa.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renato Cabrera et al. **A Eficácia Financeira do Planejamento Tributário sob a Ótica da Elisão Fiscal: análise tributária em uma empresa do ramo de comércio de materiais de construção.** Revista de Administração do Unifatea - Raf, Grande Dourado, v. 15, n. 15, p.158-175, dez. 2017.

BANDEIRA, Filipe. **Qual o objetivo da Contabilidade? E da Contabilidade Tributária?.** Disponível em: <<http://www.planejamentotributario.ufc.br/artigo%20-%20filipe.doc>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 5.176**, de 1 de Dezembro de 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5176.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5176.htm)>. Acesso em: 16 maio 2019.

BRASIL. **Lei Nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2019.

BRASIL. **Obrigações Acessórias.** Disponível em: < <http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.426** de 1 de abril de 2015. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9718compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm) >. Acesso em 23/04/2019.

BRASIL.**Lei Nº 9.430**, de 27 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L9430.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9430.htm)>. Acesso em: 4 maio 2019.

BRASIL.**Lei nº 9.718**, de 27 de novembro de 1998. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9718compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm) >. Acesso em 04 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.637**, de 30 de dezembro de 2002. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9718compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm) >. Acesso em 04 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.833**, de 29 de dezembro de 2003. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9718compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9718compilada.htm) >. Acesso em 04 maio 2019.

BEUREN, Ilse Maria. **Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade.** In: Beuren, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Paulo: Atlas, 1985.

CARVALHO, F. J.; MURGEL, M. I. IRPJ – **Teoria e Prática Jurídica.** São Paulo: Dialética, 2000.

CHAVES, F. C.. **Planejamento tributário na prática: Gestão Tributária Aplicada.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010



CHIMENTI, Ricardo Cunha. **Direito Tributário Com anotações sobre Direito Tributário, Direito Financeiro, Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal**. 13.ed. volume 16. Ed. Saraiva. São Paulo, 2010.

**Decreto nº 9.580**, de 22 de novembro de 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm)>.  
Acesso em 03 maio 2019.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 11. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 15 ed. São Paulo, Atlas, 2015.

FERNANDES, Anderson Soares. **A Importância do Planejamento Tributário Para a Redução dos Gastos com Tributos**: Um estudo comparativo da empresa A Educativa Papelaria LTDA. Disponível em: Acesso em: 24 de maio 2019.

FERNANDES, Edison Carlos. **Governança corporativa, evasão contábil e elisão contábil**. Disponível em:  
<<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI281202,81042-Governanca+corporativa+evasao+contabil+e+elisao+contabil>>. Acesso em: 19 ago. 2019.

GAZOLA, Miguel. **Contabilidade tributária: análise dos reflexos decisórios na escolha da empresa de pequeno e médio porte pelo regime de tributação – Lucro Real, lucro presumido e Simples Nacional**. Dissertação (Mestrado) – São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.sapientia.pucsp.br/handle/handle/1534> . Acesso em: 10 maio 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIDA, Humberto. **O administrador em tempos de crise**. Disponível em:  
<<https://administradores.com.br/artigos/o-administrador-nos-tempos-de-crise>>.  
Acesso em: 10 maio 2019.

HOLZKAMP, M.; BACIL, A. M. D. **Sistema Tributário Nacional**. Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba, Curitiba, v. 3, n. 3, 2014.

MOREIRA, André Mendes. **Elisão e Evasão Fiscal - limites ao planejamento tributário**. Revista da Associação Brasileira de Direito Tributário, Belo Horizonte, Vol. 21, 2013.



NETO, Emilio. **A importância do *Compliance* Tributário nas empresas.**  
Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/a-importancia-do-compliance-tributario-nas-empresas-shtml>>. Acesso em: 25 set. 2019.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária.** São Paulo: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual da contabilidade.** 12. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2013.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual da contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

OLIVEIRA, Luís Martins de; et al. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PLANALTO. **Emenda Constitucional no 18, de 1o de dezembro de 1965.**  
Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc18-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc18-65.htm). Acesso em: 27 abr. 2019.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais.** In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, J. Miguel; RODRIGUES, Agostinho Inácio. **LALUR – Guia Prático de Escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real,** 2006. 4. ed. São Paulo, Cenofisco, 2006.

SOUZA, Luciane Regina Braçaroto de; PAVÃO, Ana Celi. **A necessidade do planejamento tributário visando a redução dos custos nas organizações.** Revista Eletrônica Saber, Londrina, v. 17, n. 1, jul./ago./set. 2012. Disponível em:<<https://anaiscbc.emnuvens.com.br>> Acesso em: 10 ago. 2019.

SOUZA, Vinicius Roberto Prioli de; CATANA, Luciana Laura Tereza Oliveira. **Espécies Tributárias: Taxas.** Boletim Jurídico, Uberaba, ano 5, n. 242, 07 set. 2007. Disponível em: Acesso em: 11 ago. 2019.



## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Débitos de PIS e COFINS Lucro Real

Período	Valor	Devoluções	Base de Cálculo	Pis 1,65%	Cofins 7,60%
Jan/18	979.612,94	(40.686,40)	938.926,54	15.492,29	71.358,42
Fev/18	896.702,07	(2.994,00)	893.708,07	14.746,18	67.921,81
Mar/18	985.046,44	(4.016,00)	981.030,44	16.187,00	74.558,31
Abr/18	788.999,05	(8.655,00)	780.344,05	12.875,68	59.306,15
Mai/18	673.554,22	-	673.554,22	11.113,64	51.190,12
Jun/18	707.510,05	-	707.510,05	11.673,92	53.770,76
Jul/18	762.769,28	-	762.769,28	12.585,69	57.970,47
Ago/19	749.847,66	-	749.847,66	12.372,49	56.988,42
Set/18	649.303,63	(19.773,15)	629.530,48	10.387,25	47.844,32
Out/18	742.023,34	(772,00)	741.251,34	12.230,65	56.335,10
Nov/18	918.058,68	-	918.058,68	15.147,97	69.772,46
Dez/18	1.020.654,78		1.020.654,78	16.840,80	77.569,76
<b>Total 2018</b>	<b>9.874.082,14</b>	<b>(76.896,55)</b>	<b>9.797.185,59</b>	<b>161.653,56</b>	<b>744.586,10</b>

## APÊNDICE B – Créditos de PIS e COFINS Lucro Real

Período	Compras de Mercadorias	Energia Elétrica	Manutenção	Subtotal	Pis 1,65%	Cofins 7,60%
Jan/18	500.412,45	34.798,14	3.767,78	538.978,37	8.893,14	40.962,36
Fev/18	538.233,02	33.680,87	3.767,78	575.681,67	9.498,75	43.751,81
Mar/18	452.408,16	36.190,59	3.767,78	492.366,53	8.124,05	37.419,86
Abr/18	428.095,53	35.105,49	3.767,78	466.968,80	7.704,99	35.489,63
Mai/18	370.351,21	32.476,47	3.767,78	406.595,46	6.708,83	30.901,25
Jun/18	351.241,80	38.958,22	3.767,78	393.967,80	6.500,47	29.941,55
Jul/18	403.256,95	39.901,14	3.767,78	446.925,87	7.374,28	33.966,37
Ago/19	320.333,15	40.108,16	3.767,78	364.209,09	6.009,45	27.679,89
Set/18	402.622,81	42.149,88	3.767,78	448.540,47	7.400,92	34.089,08
Out/18	226.341,41	46.762,78	3.767,78	276.871,97	4.568,39	21.042,27
Nov/18	554.188,48	42.641,34	3.767,78	600.597,60	9.909,86	45.645,42
Dez/18	709.274,79	34.286,57	3.767,78	747.329,14	12.330,93	56.797,01
<b>Total 2018</b>	<b>5.256.759,76</b>	<b>457.059,65</b>	<b>45.213,36</b>	<b>5.759.032,77</b>	<b>95.024,04</b>	<b>437.686,49</b>

